



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

Reunião: ORDINÁRIA - Nº 549/2021 - Plenário - 30/11/2021 das 18:00 as 23:30

Decisão: 537/2021

Referência: 2617223/2020 - Auto: 46187/2020

Interessado: L P AMORIM EIRELI

EMENTA: a penalidade aplicada pelo auto de infração - FALTA DE REGISTRO DE ART DE EXECUÇÃO - por infração ao(a) Art 1º e 3º ambos da Lei Nº 6496/77; Art. 73 da Lei 5194/66 combinado com Art. 2º da Lei 6619/78.

DECISÃO

O Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM, no uso de suas atribuições legais, reunido em 30 de novembro de 2021, analisando o relato e voto fundamentado do(a) conselheiro(a) Douglas Alberto Rocha De Castro, objeto de solicitação de processo fiscal-relatório fiscal L P Amorim Eireli, CONSIDERANDO a Resolução no. 1.008/04-CONFEA, de 09 de dezembro de 2004, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades; CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei no. 5.194, de 1966, que estipula as multas a serem aplicadas às pessoas físicas (profissionais e leigos) e às pessoas jurídicas que incorrerem em infração a legislação profissional, de acordo com a gravidade da falta cometida; CONSIDERANDO que os agentes de fiscalização dos Conselhos de Fiscalização Profissional gozam de fé pública; CONSIDERANDO o que prevê a Lei Federal nº 5.194/66, conforme transcrito: Art. 7º - As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em: (...) g) execução de obras e serviços técnicos; (...) CONSIDERANDO os artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº. 6.496/77, a seguir: "Art. 1º - Todo contrato escrito ou verbal para execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)." "Art. 2º - A ART define para os efeitos legais responsáveis técnicos pelo empreendimento de engenharia, arquitetura e agronomia." "Art. 3º - A falta da ART sujeitará o profissional ou a empresa à multa prevista na alínea "a" do Art. 73 da Lei nº 5.194, de 24 DEZ 1966, e demais cominações legais." CONSIDERANDO os artigos 2º, 3º, 10º e 28º, todos da Resolução nº. 1025/2009 do Confea, a saber: "Art. 2º A ART é instrumento que define, para os efeitos legais, os responsáveis técnicos pela execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea." "Art. 3º Todo contrato escrito ou verbal para execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea fica sujeito ao registro da ART no Crea em cuja circunscrição for exercida a respectiva atividade." Art. 10. Quanto à forma de registro, a ART pode ser classificada em: I - ART complementar, anotação de responsabilidade técnica doméstica profissional que, vinculada a uma ART inicial, complementa os dados anotados nos seguintes casos: a) para realização de alteração contratual que ampliar o objeto, o valor do contrato ou a atividade técnica contratada, ou prorrogar o prazo de execução; ou b) houver a necessidade de detalhar as atividades técnicas, desde que não impliquem modificação da caracterização do objeto ou da atividade técnica contratada. (...) "Art. 28. A ART relativa à execução de obra ou prestação de serviço deve ser registrada antes do início da respectiva atividade técnica, de acordo com as informações constantes do contrato firmado entre as partes." § 1º No caso de obras públicas, a ART pode ser registrada em até dez dias após a liberação da ordem de serviço ou após a assinatura do contrato ou de documento equivalente, desde que não esteja caracterizado o início da atividade. CONSIDERANDO, pois, que a regularização requerida pelo Crea-AM consiste na exigência do registro da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART correspondente à autoria de projetos e/ou execução), como sendo um instrumento de defesa do consumidor, garantindo a qualidade, a confiabilidade e a segurança dos serviços prestados, visto que comprova a participação de profissional legalmente habilitado. CONSIDERANDO que cabe observar, sempre, que o registro da ART deve ocorrer no início da execução dos serviços, ou seja, assim que a empresa obtiver a autorização para realizar os trabalhos, ou seja, assegurar a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado através da obrigatória e devida ART. CONSIDERANDO por fim, o registro da ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA Obra ou serviço Nº AM20200238234, registrada em 16/12/2020, sendo substituída pela AM20210244485 e sendo esta substituída pela AM20210248508. Contudo o contrato tem data de vigência 01/05/2020 a 28/10/2020, portanto seria necessário o registro de ART de OBRA OU SERVIÇO - RES. 1.050 - FORA DE ÉPOCA ou em caso de aditivo preencher a ART de forma correta. considerando finalmente o parecer exarado pelo Conselheiro relator deste Plenário, **DECIDIU** por maioria, pela MANUTENÇÃO do Auto de Infração nº 46187/2020, gerado em desfavor da Pessoa Jurídica "L P AMORIM EIRELI", face à irregularidade "FALTA DE REGISTRO DE ART" PARA A EXECUÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº 06/2020, devendo a autuada regularizar o fato gerador, bem como, efetuar o pagamento da multa cabível, corrigida na forma da Lei. Decisão proferida na 548ª Sessão Ordinária de Plenário do Crea-AM. Presidiu a reunião o senhor **Romina Alves Dos Santos**. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros: Ademar Antonio Ferreira, Amarildo Almeida De Lima, Audinei Lima Leite, Carlos Malom Alencar Queiroz, Douglas Alberto Rocha De Castro, Edson Queiroz Da Fonseca Junior, Eiríe Gentil Vinhote, Gilmara Alencar Perêa, Jackson Pantoja Lima, Joao Batista Ramos, Jose Augusto Bezerra De Abreu, Jose Josimar Soares, Jossandra Alves Damasceno, Marcelo De Almeida Conceição, Patrick Hozannah De Albuquerque, Roberval Sousa Protasio, Samir Oliveira Salles, Wagner Ornellas Da Silva Corrêa Lopes, Waldo Guimaraes Aparicio. Não houve voto contrário. Se abstiveram



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

do voto os senhores Conselheiros: Janeth Fernandes Da Silva.

Cientifique-se e cumpra-se.

Manaus, 30 de novembro de 2021.

Assinatura manuscrita em azul de Romina Alves dos Santos.

ROMINA ALVES DOS SANTOS
Presidente do Plenário